



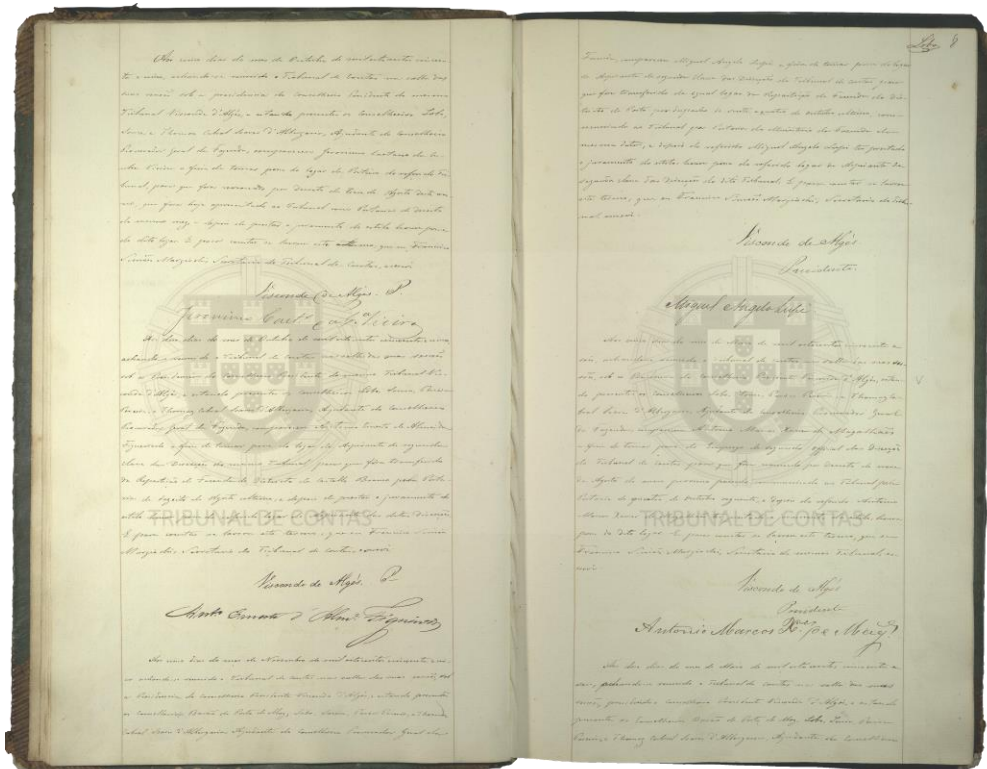
Miguel Ângelo Lupi (1826-1883). *O Ocidente*, de 21/03/1883.

A HISTÓRIA QUE AS CONTAS NOS CONTAM

MIGUEL LUPI PINTOR E AMANUENSE NO TRIBUNAL DE CONTAS

Miguel Lupi nasceu em Lisboa em 8 de maio de 1826. Revelando vocação para o desenho e a pintura desde jovem, foi aluno da Academia de Belas-Artes entre 1841-1846. Contudo, a sua dedicação exclusiva à pintura não foi imediata. Iniciou a vida profissional no funcionalismo público, primeiro na Imprensa Nacional (1849-1851) e depois como contador na Junta da Fazenda, em Luanda (1851-1853).

Em outubro de 1855, foi nomeado aspirante de 2.ª classe da repartição de Fazenda do Distrito do Porto e, por portaria de 24 do mesmo mês, foi transferido para o Tribunal de Contas, tendo tomado posse como aspirante de 2.ª classe no dia 5 de novembro.



Termo de posse de Miguel Ângelo Lupi em 5 de novembro de 1855. Registo de termos de posse do Tribunal de Contas :13-11-1849 a 28-05-1888. AHTC. Tesouro Público, 18.

Era então Presidente do Tribunal de Contas, criado em 10 de novembro de 1849, José António de Sousa Azevedo, Visconde de Algés.

Os livros de registo dos vencimentos dos empregados revelam-nos que Miguel Lupi recebia 16\$666 reis por mês, perfazendo anualmente um vencimento de 200\$000 reis.

Em 26 de agosto de 1859, Miguel Lupi passou à categoria de amanuense.

Aves de Dezembro de 1855

Categorias.	Provença à Lei da depora nomes dos interessados.	Vencimento em reis anuaes	Descontos.		Aposentancas e pagas		Diferença com que se pagou a provençãa	Total
			Por indulto no Art. 1.º de 11 de Maio de 1854 por falta de qualificação	Por indulto no Art. 1.º de 11 de Maio de 1854 por falta de qualificação	De 1.º de Junho de 1855	De 1.º de Junho de 1855		
	chapeote	2.546,66						
	António Cordeiro de Sousa	16,666						83
	Miguel Ângelo Lupi Artigo 32	16,666						84
	Pedro Joaquim de Sousa de Almeida	16,666						85
	António Custodio de Sousa	16,666						86
	José de Sousa	16,666						87
	José de Sousa	16,666						88
	José de Sousa	16,666						89
	José de Sousa	16,666						90
	José de Sousa	16,666						91
	José de Sousa	16,666						92
	José de Sousa	16,666						93
	Total	200,000						
	Resumo							
	Art. 30	2.000,00						
	31	250,00						
	32	1.750,00						
	Total	2.000,00						

Registo do vencimento do aspirante de 2ª classe, Miguel Ângelo Lupi, no mês de dezembro de 1855. Folhas de vencimento de empregados do quadro. AHTC. Tesouro Público, 625.

Apesar da curta duração, a sua permanência no Tribunal, que se prolongou durante cerca de cinco anos, foi determinante para lançar a sua carreira como pintor. Sabendo do seu talento para a pintura, o Presidente do Tribunal de Contas em 1859, Barão de Porto de Mós, tê-lo-á convidado para executar o retrato do monarca reinante, D. Pedro V, para a Sala de Sessões do Tribunal.

Como nos conta Pinheiro Chagas num artigo publicado na revista *O Ocidente*, de 21 de março de 1883:

“Lupi tinha então trinta e três anos. Os anos mais brilhantes e que podiam ser mais fecundos da sua mocidade passaram a copiar ofícios e a fazer contas de multiplicação. Nunca abandonara o pincel e a paleta. Resignara-se a ser um simples curioso, e foi isso o que lhe valeu para que o encarregassem de pintar um retrato de D. Pedro V para o Tribunal. A sua brilhante carreira artística deve-a Lupi ainda assim ao facto de ser apenas um curioso; se fosse um artista, ninguém lhe encomendaria semelhante coisa. Como era um curioso lembraram-se dele. Oh! Os curiosos em Portugal! Como eles mereciam uma monografia! Em todo o caso, abençoada qualidade! Foi assim que Lupi pôde realizar, ao menos em parte, as suas aspirações artísticas.”

O retrato a óleo do rei D. Pedro V, que o Tribunal de Contas lhe encomendou, ficou concluído em 1860 e o sucesso foi tal que foi atribuída a Miguel Lupi uma pensão do Estado para estudar pintura em Itália. Com esse propósito, foram-lhe concedidos, em 24 de novembro desse ano, dois anos de licença sem vencimento no Tribunal de Contas, tendo esta licença sido prorrogada por mais um ano em julho de 1862.

Retrato de D. Pedro V.
Miguel Ângelo Lupi. 1860.
Óleo sobre tela.
Dim.: 253 x 182 cm.
Tribunal de Contas - Inv. n.º 132782.



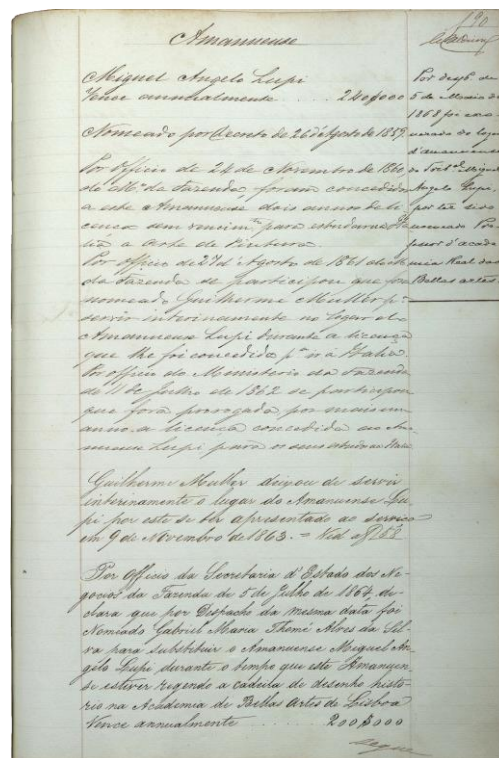
Em 1864, quando regressou a Portugal, Lupi foi nomeado professor interino na Academia de Belas-Artes, conjugando a partir de então, e até ao fim da vida, a carreira artística com a de docente.

Quando em 1868 foi provido no cargo de professor efetivo de Pintura Histórica, Miguel Lupi foi, por esta razão, exonerado do cargo de amanuense do Tribunal de Contas por decreto de 5 de maio.

Miguel Lupi faleceu em Lisboa em 26 de fevereiro de 1883.

O conjunto documental *Tesouro Público e organismos sucessores*

O conjunto documental *Tesouro Público e organismos sucessores* reúne a documentação produzida no âmbito da atividade dos organismos que, sucedendo ao Erário Régio, extinto em 1832, pela legislação liberal de Mouzinho da Silveira, tiveram como atribuição a fiscalização e controlo das finanças públicas: as várias Comissões de vida efémera, criadas após 1832; o Tribunal de Contas, criado em 1849, ano em que a Instituição teve pela primeira vez esta designação, mantendo-a até 1911, o Conselho Superior de Administração.



O regresso a casa do retrato de D. Pedro V

Em 1860, o retrato de D. Pedro V foi colocado na Sala de Sessões do Tribunal de Contas, ao tempo instalado no edifício do Arsenal, em Lisboa.

E lá permanecia em 1909 – quase no final do regime monárquico - uma vez que consta do inventário então realizado.

Em 1954, o Tribunal de Contas iniciou a mudança das suas instalações para o edifício do torreão oriental da Praça do Comércio, local onde permaneceu até 1989, ano em que se transferiu para as atuais instalações na Avenida da República, em Lisboa.

O retrato de D. Pedro V, entretanto à guarda do Palácio Nacional da Ajuda, regressou ao Tribunal de Contas em 2010, onde se encontra desde então em lugar de destaque no átrio de entrada do edifício-sede.

Assentamento de Miguel
Ângelo Lupi, amanuense do
Tribunal de Contas.
Assentamento dos
conselheiros e empregados do
Tribunal de Contas.
AHTC. Tesouro Público, 19.